

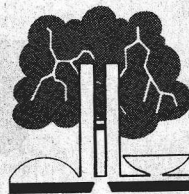
Zé Português aparece na lista da Servaz

Waldemar Padovani/AE—6/6/91

Relação da empreiteira inclui 55 nomes e sugere que sócio do ex-governador Orestes Quêrcia teria recebido mais de US\$ 30 mil

JOSÉ NEGREIROS

BRASÍLIA — O sócio do ex-governador Orestes Quêrcia, José Nunes Lopes, o Zé Português, aparece numa lista de propinas da empreiteira Servaz Construções e Drenagens, de São Paulo. Documentos da empresa obtidos pelo **Estado** sugerem que Nunes recebeu da construtora US\$ 31.898 entre janeiro e maio de 1991. A lista, enviada ao **Estado** por um ex-dirigente da construtora, relaciona 55 autoridades de sete Estados e dois órgãos federais, ao lado de valores que somam US\$ 1.494.424.

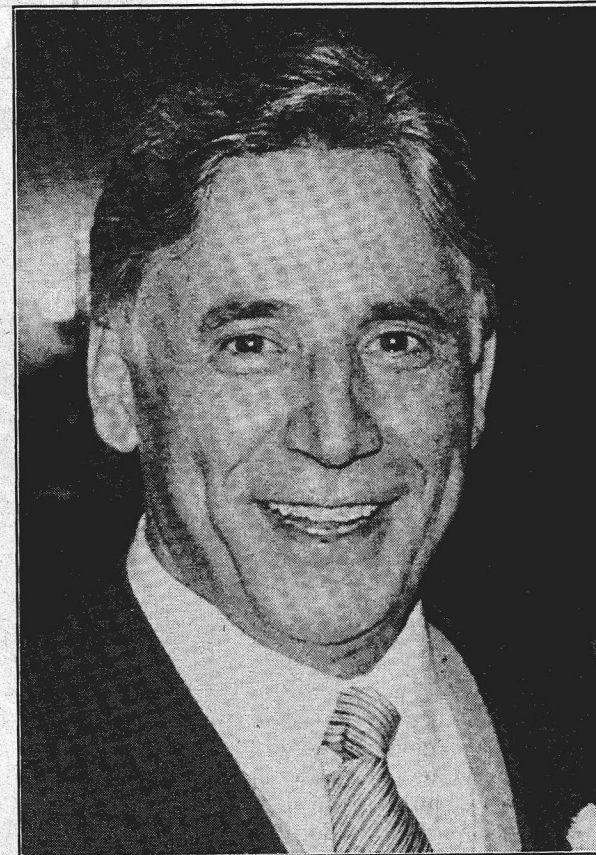


A lista de supostos beneficiários de propinas inclui nomes de importantes autoridades nacionais, como o governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho, seu irmão e secretário particular, Frederio Pinto Ferreira Coelho Neto, o Lilico, o ministro das Comunicações, Hugo Napoleão, o ex-presidente José Sarney e o governador de Goiás, Íris Rezende. No caso de Fleury, o documento indica que a Servaz pretendia pagar ao governador 10% dos recursos liberados para a construção da barragem de Valo Grande. O empresário Paulo César Farias, tesoureiro do ex-presidente Fernando Collor, aparece na mesma condição, mas é contemplado com uma espécie de "planilha de custos" anexa com o detalhamento dos pagamentos feitos exclusivamente a ele.

O documento sugere que Lilico, o irmão de Fleury, recebeu US\$ 9.446 no primeiro semestre de 1991. O deputado estadual Carlos Apolinário (PMDB), pastor evangélico e ex-presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, teria recebido 5% das verbas liberadas para barragem de Valo Grande, enquanto Lilico seria pago diretamente pelo dono da Servaz, Onofre Américo Vaz, conforme anotações feitas ao lado dos nomes no documento.

Segundo a lista, além de São Paulo recebiam propinas autoridades de Brasília, Amazonas, Piauí, Tocantins, Goiás e Paraíba, e funcionários da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs). Em São Paulo, aparecem na lista, sem indicação do valor da propina, o deputado Manoel Moreira (PMDB), envolvido no escândalo do Orçamento, dois funcionários do governo estadual, Paulo Bezzeril e Francisco Além, do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), o prefeito de Sumaré, Paulino Carrara, e Fernando Fehr, da Sabesp. Além de Zé Português, Lilico e Apolinário, também aparece na lista o empresário Paulinho Leme, amigo do irmão de Fleury.

A lista é tão precisa que anota os valores a serem pagos em cruzeiros, BTN (Bônus do Tesouro Nacional) e TR (Taxa de Referência) da época, deixando claro que como qualquer outro negócio a corrupção foi indexada à inflação. (Para atualizar os valores, o **Estado** converteu todos em dólares.) PC, por exemplo, segundo o documento, recebeu 5.206.832 BTN de propinas de 1991 a 1992, correspondentes a 13% sobre as verbas liberadas para uma lista de obras sobre as quais a Servaz mantinha controle. Em 1992, antes de



Nunes Lopes teria recebido dinheiro em 1991

chegar ao meio do ano, PC Farias já havia conseguido quase um milhão de dólares (US\$ 895.113) da Servaz, se as propinas relacionadas pelo documento foram efetivamente pagas.

Além de demonstrar a estreita conexão entre PC Farias, empreiteiras e o esquema de manipulação do Orçamento, o documento da Servaz revela que aquele valor dizia respeito a apenas uma pequena parcela de seus negócios em articulação com a Servaz: sete empreendimentos es-

palhados vários Estados, entre eles São Paulo, que comparece com uma obra de saneamento básico em Sumaré. De acordo com a cópia que o **Estado** obteve, depósitos em 1992 eram feitos diretamente numa conta que PC Farias mantinha na CEF. A Servaz está sendo investigada pela CPI do Orçamento, que decidiu quebrar seu sigilo bancário e de outras empresas sob suspeita.

SARNEY,
FLEURY E IRIS
RESENDE FORAM
INCLUÍDOS